



Subcomitê Juquery Cantareira

Resumo Executivo da A T A SUBCOMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA ALTO TIETÊ JUQUERY - CANTAREIRA

Aos trinta dias de abril de 2010 reuniram-se na OAB-Mairiporã em Mairiporã-SP, Conselheiros, representantes e convidados do SCBH-AT Juquery Cantareira, para tratar da pauta, conforme convocatória da Secretaria Executiva.

A plenária do Subcomitê da bacia hidrográfica do Alto Tietê Juquery Cantareira, composta pelo colegiado tripartite com os representantes do Governo do Estado de São Paulo, os Municípios e a Sociedade Civil Organizada da bacia hidrográfica encaminhou e deliberou :

Bonfílio Alves, representando segmento municípios, prefeitura de Caieiras abriu a reunião com as boas vindas e convidou para compor a mesa de trabalho Antonio Ayacida prefeito de Mairiporã, José Aparecido Bressane prefeito de Francisco Morato, Diretor gerente do departamento de engenharia da Sabesp Engenheiro Mário Álvaro, Miguel Nagib Presidente da OAB de Mairiporã e representando a Comissão de Assuntos Culturais e Eventos da OAB o Dr. Luiz Prilha. Miguel Nagib presidente OAB Mairiporã agradeceu as presenças, e ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente Dr. José Gilberto Junior. José Aparecido Bressane prefeito de Francisco Morato cumprimentou a todos e disse "... com todo esse trabalho feito em nossa região, não admite mais que em pleno século XXI ainda tenhamos municípios com menos de 50% de coleta de esgotos e 0% de tratamento e isso é um problema para a população muito grande. Temos muitos problemas em Morato, Franco da Rocha e Caieiras e vamos acompanhar os trabalhos até para poder dar uma satisfação para a população que nos acompanha. E temos sempre que acompanhar as

questões de meio ambiente, para nós é um prazer. Então agradeço pelo convite e para nós é motivo de muito orgulho estar junto com vocês." Antonio Shigueyuki Ayacida, Prefeito de Mairiporã e Presidente do Subcomitê disse, "Nós municípios que integramos esse Subcomitê temos esse problema em comum com a questão dos esgotos e até gostaria de dizer para o Dr. Mário que na última reunião que tivemos ficou acertado que traria todos os investimentos de forma oficial da Sabesp. (...)É importante então a Sabesp colocar suas informações sobre água e esgoto porque não temos condições hoje de passar qualquer informação sobre água e esgoto, onde não têm rede de água, recebendo água por caminhão pipa, com um problema muito sério e a população está se mobilizando e nós prefeitos estamos também nos mobilizando porque não temos informações mais precisas, não informação verbal, porque afinal de contas mesmo sendo a Sabesp, quem recebe a primeira reclamação somos nós prefeitos e não podemos assumir essa responsabilidade que não é nossa. E por isso gostaria que a Sabesp estivesse nos ajudando com essa questão de água esgoto..." O engenheiro Mário Álvaro esclareceu que para execução dos trabalhos precisavam ter condições técnicas e do respaldo da legislação, disse, "A Sabesp precisa ter condições técnicas e nesse sentido o bairro de São Vicente está muito próximo de ser liberado pela Cetesb, que seria a condição da legislação, dando esse suporte, isso é uma briga antiga, desde 2007 e estão liberando vários pareceres para conseguirmos entrar. Nós negociamos com a Cetesb para colocar água no bairro mediante que os munícipes tenham fossa séptica fiscalizada pelo meio ambiente da prefeitura, e aí a gente consegue, porque senão é uma outra negociação com a Cetesb, puxar do sistema de bombeamento da cidade. Então vou levar essas demandas para Cetesb, aqui em Mairiporã do problema do esgoto, e na próxima reunião do dia 11 vou levar todos os diagnósticos. Para terem uma idéia no extremo norte inicialmente seria uma Estação de tratamento de esgoto-ETE em Caieiras de 1.300 l/s e no final acabamos costurando uma solução integrada para 5 ETEs e para vocês

terem idéia da complexidade em Morato não tinha lugar para colocar nenhuma, e as estações que vão atender Morato estão em Franco da Rocha que foi a solução consensuada, o Bonfílio acompanhou, e a prefeitura participando das discussões, e a estação em Franco da Rocha já tem no decreto do governador onde fica o hospital do Juquery, em Mairiporã a obra da Estação de tratamento de água-ETA está bem avançada e para não perder o financiamento já entramos. Franco, Morato e Caieiras para não perder também já enviei oficialmente, então o plano de investimentos está sendo recosturado, claro que não é com a velocidade que eu mesmo, e as prefeituras gostariam, moro em Mairiporã, tenho desejo de que sejam mais rápido, todas as obras de esgoto estão aliadas ao PAC e as de água no Projeto Tietê, então temos essa solução técnica costurada e agora nós temos a solução técnica de como solucionar as questões, temos os dois." Bonfílio disse, "... essas dificuldades todas, principalmente áreas de mananciais, decorrem da legislação antiga que ainda temos, na nova que está na Assembléia Legislativa-Alesp, e inclusive hoje conversando teremos uma data com o Jon Peter para realizar o evento junto com a OAB, provavelmente na semana do meio ambiente, chamando o líder do PSDB que coordena a tramitação dessa lei na Alesp, Dep. Fernando Kapes, o Anésio, nosso Vice-presidente que também têm acompanhado essa lei, eventualmente algum outro deputado se essa lei ainda não tiver sido aprovada na Assembléia para fazer uma simulação aqui no entendimento deles como se aplicaria essa lei resolvendo esse tipo de conflito porque temos população lá que precisa ter de serviços essenciais e o prefeito está corretíssimo mas para Sabesp atender tem que vencer essas barreiras que a legislação coloca hoje e é do nosso trabalho também da Câmara técnica apontando algumas alternativas, não sei se a Cetesb está presente, e ela faz parte da Câmara técnica, esteve na última reunião, e está acompanhando a evolução das demandas. Acredito que esse é um conflito que indica o tamanho da complexidade e os problemas que estamos enfrentando na prática em razão de uma legislação defasada." A engenheira

Keiko Semura, representando Sabesp, Superintendência de tratamento de esgotos fez apresentação como descrita na Ata de inteiro teor e também reapresentando diversos pontos de sua própria apresentação conforme destacado na Ata da reunião anterior. Destacando alguns pontos de sua apresentação: Disse que a ETE de Mairiporã atende o município de Mairiporã que por estar em área de proteção de mananciais, em um rio de classe restritiva há grande dificuldade para cumprir os padrões exigidos na legislação, e que, "em 2008 contratamos uma empresa para a fazer o estudo da adequação dessa ETE e ela teria de passar por uma ampliação, avaliando não só capacidade como evidência do tratamento quanto ao local de lançamento e se ela mantivesse nesse ponto teria que passar por uma adequação bem complexa com tratamento terciário e assim mesmo os padrões eram muito restritivos e o controle operacional teria que ser muito cuidadoso, ou então pensar na reversão. Avaliamos então e está previsto atendimento de alguns bairros como V. São José, Jd. Coimbra, Sandra I e II, Maria Eugênia, Espada, Celeste, Odorico Pereira, Henrique Martins, V. Sabesp, V. Santana, Popular, Estância S. Antônio, Pq. Bariloche, Jd. Flor de Bragança e S. Abrão e com a população desse local foi estimada uma vazão para 44,5 l/s com vazão máxima para 2014-15 de 90 l/s. Paralelamente comparamos ao que é previsto no plano diretor de esgotos para 2008-10 uma vazão em torno de 50 l/s para 2015 72 l/s e a universalização para 2018-20 estimado em 138 l/s e para os demais anos com crescimento demográfico, até aqui no final com 164 l/s. no final da previsão. A ETE já está tratando em torno de 54 l/s de vazão afluente, está acima de sua capacidade nominal..." Disse também que a ETE já tem sua capacidade comprometida, "corremos atrás de uma alternativa até em função disso seria mais rápido porque partiria mais para aquisição de equipamentos do que a alteração da estrutura mesmo. A gente pode ganhar em tempo porque já tem a capacidade comprometida e com o término dessas obras de coleta, quer dizer isso pode impactar a qualidade do tratamento e por isso partimos para detalhar

essa alternativa." Mário disse que para o caso de Terra Preta provavelmente a solução teria que ser completa, mas era tema a ser tratado posteriormente. Ruy Marcelo de Freitas, representando segmento municípios P.M Mairiporã, disse "não tenho condições de efetivamente fiscalizar, a empresa é a Sabesp, a Sabesp deveria bancar a fiscalização, seguramente... sistema de água e esgoto de Mairiporã é uma coisa, a represa é outra coisa, acho que no fundo no fundo é um sentimento de todo mundo que mora em Mairiporã, por quê? Mairiporã está pressionada, não tem economia, não tem nada, por causa do quê? Por causa da lei de proteção dos mananciais, a prefeitura de Mairiporã tem um orçamento pequeno, e não conseguimos fazer tudo, tem defesa civil, e não tem de onde tirar. Eu só queria dizer isso, a represa tem seus problemas, não o sistema de Mairiporã, o sistema de Mairiporã é importante para nós, nós não podemos deixar que a Unidade de Negócios Mairiporã seja responsável pelo pagador das contas, essa conta tem de ser paga pela Sabesp (...) a ótica da Sabesp não é em função da cidade de Mairiporã é em função da represa, porque hoje a Sabesp comete um crime ambiental, é crime ambiental, ninguém ainda levantou isso, vai levantar, não sei quando, mas acho que vai levantar, a Sabesp hoje joga esgoto no corpo da represa, ou não? Alguém pode dizer que não? " Seguiram-se os debates com ampla participação da plenária, Mário disse que estudariam o melhor ponto de lançamento, e o emissário teria que ser em conjunto com Mairiporã, porque envolveria por exemplo desapropriações. Jorge Félix da Empresa Typsa INS disse "Nós temos o contrato para fazer projeto da rede coletora e as estações elevatórias. ...(temos) 13 elevatórias projetadas, já há algumas existentes então no total são 17, e para operar tudo isso é complicado, o que contribui inclusive é a topografia da cidade (...) população total atendida que levantamos pela prefeitura são 11.400 habitantes. Só nesses bairros." Mário César, representando o segmento Sociedade Civil Organizada/Ong Acorda Mairipa salientou que as diretrizes com os índices de saúde deveriam ser contempladas pelo projeto e Bonfílio confirmou que era importante a equipe

de projetos juntamente com a Câmara Técnica observasse o melhor encaminhamento das redes na leitura da criticidade dos dados da saúde, na medida do possível atendendo também esses critérios. Em relação à água Mário disse "Hoje a estação tem capacidade de produzir 120 l/s e a demanda da cidade hoje é na casa de 134 l/s e tem uma capacidade instalada um pouquinho maior, só que são várias estações em um lugar existente na cidade, e a Sabesp projetou uma estação nova de 200 l/s contratado pelo dinheiro do PAC, é uma estação e mais uma adutora, que vai até um reservatório existente, e para não perder a contratação a Sabesp fez a contratação e já iniciou um trecho de obras na saída do reservatório que vai ser aproveitado melhorando o abastecimento local, 500 m de rede já conseguimos garantir com financiamento do PAC. A estação, a Cetesb não deu licença mas prometeu que daria, depois de 500.000 exigências, porque a grande exigência é que os mapas dizem que onde vamos fazer a estação tem uma lagoa, (...)É que o mapa é de 1972, mas não é má vontade, se não cumprir a lei está sujeito à penalidades. A obra já está licitada e tem placas lá do PAC e a empresa que está construindo chama-se Freitas Guimarães que fez um módulo para gente Mairiporã. E com essa vazão existente vai permitirem no primeiro momento desativar alguns poços que tem a ver com qualidade de água ruim e uma série de coisas, então a questão da água está sendo encaminhada a questão é onde você pode entrar em rede e onde você consegue porque tem lugar que não tem solução técnica... porque se não sustenta com o sistema de pagamento, não adianta colocar 500 elevatórias e depois não tem dinheiro para pagar a conta da energia." Ruy disse "Só restaurar nessa história e dentro dessas promessas todas do Dr. Júlio, lembrá-los, que a parte da obra da ETA já iria fazendo as redes de ligação." Mário respondeu "A palavra chave é que não é permitido a você entrar em qualquer lugar, tem a legislação do empreendimento imobiliário dos conceitos de condomínio, loteamento, etc e na questão ambiental, que exige sistema isolado porque limita a vazão... e pela lei do sistema público quando você entra com o público não pode

limitar ninguém. É essa lógica do sistema isolado de abastecimento, se não você não tem como controlar a vazão dele, de repente ele coloca uma fábrica na serra.” Seguiu-se o debate sobre os 5 municípios terem em mãos os dados históricos fornecidos pela SABESP, com passivo e ativo. José Carlos representando a SABESP disse “...todo dia é solicitado por deputados, vereadores, e nós damos as informações, elas chegam normalmente, e não é nada difícil. O Governador veio sexta-feira em Morato, na 5a. f. o Gabinete disse que precisava de informações de Morato, para termos as informações, o cronograma, e o passado, e contabilmente informamos, gastou tanto e investiu-se tanto. Eu disponibilizo todos os dias para todas prefeituras, não tem uma semana que não mando relatório, (...)estou dizendo que não há necessidade, a gente encaminha naturalmente.” Ao final Miguel Nagib Presidente da OAB encerrou a reunião colocando a OAB à disposição para realização inclusive de outras reuniões, e agradeceu a presença de todos.

Tendo sido cumprida a pauta dos trabalhos o Secretário encerrou a reunião. A Ata foi coordenada pelo Secretário Executivo, elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião, sendo que a Ata completa contém a íntegra desta reunião.